

17. Informação do Revisor Oficial de Contas

Exma. Vereação da
Câmara Municipal de Cascais
Praça 5 de Outubro
2754-501 CASCAIS

3 de setembro de 2012

**INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE A INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
A 30 DE JUNHO DE 2012**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 48.º, da Lei 2/2007, de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, procedemos a uma revisão da informação financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, do Município de Cascais, incluída no balanço (que evidencia um total de ativo líquido de € 451 482 830 e um total de fundos próprios de € 336 597 966, incluindo um resultado líquido de € 3 107 794), na demonstração dos resultados, nos mapas de execução orçamental e nos documentos de consolidação.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Vereação:

- (i) a preparação de informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
- (ii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
- (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados do Município.

3. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir informação profissional e independente baseada no nosso trabalho.

ÂMBITO DO TRABALHO

4. O trabalho a que procedemos teve em vista obter uma segurança moderada quanto a se a informação constante dos documentos atrás referidos está isenta de distorções materialmente relevantes, tendo como objetivo prestar uma informação profissional e independente sobre a situação económica e financeira do Município, conforme previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais.

NORMAS UTILIZADAS E TRABALHOS DESENVOLVIDOS

5. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis nas circunstâncias.

6. O nosso trabalho foi planeado de acordo com os objetivos atrás referidos e consistiu principalmente:

- Em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - i) a fiabilidade das asserções constantes da informação económica e financeira;
 - ii) a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - iv) a apresentação da informação económica e financeira; e
- Em testes substantivos às transações, não usuais, e de grande significado.

7. Principais indagações, testes e procedimentos analíticos efetuados:

- Atualização do dossier permanente de auditoria, o qual inclui assuntos de natureza diversa que nos permitem conhecer alguns dos principais acontecimentos relacionados com o Município, nos últimos anos;
- Acompanhamento da atividade através da obtenção de informações junto dos vários Serviços;
- Revisão analítica das principais contas patrimoniais e orçamentais;
- Análise das regularizações efetuadas a amortizações de imobilizado do Município;
- Análise das reconciliações bancárias;
- Análise da estimativa para férias, subsídio de férias e subsídio de Natal;
- Teste aos encargos sobre remunerações;
- Avaliação do cumprimento das disposições legais quanto a limites de custos com o pessoal para as autarquias;
- Solicitação de informações sobre os processos judiciais em curso envolvendo o Município e da provisão para outros riscos e encargos reconhecida;
- Análise dos níveis de endividamento previstos pela Lei das Finanças Locais;
- Comparação dos valores orçamentados com os valores executados;

- Revisão analítica das principais contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidadas;
- Leitura e revisão analítica das demonstrações financeiras das participadas utilizadas na preparação da informação financeira consolidada semestral;
- Verificação dos principais procedimentos/ajustamentos de consolidação.

8. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão da presente informação sobre a situação económica e financeira do Município.

PRINCIPAIS COMENTÁRIOS INTERCALARES DE AUDITORIA

A análise efetuada à informação financeira do Município permitiu identificar os seguintes aspetos mais relevantes:

9. Está em curso um processo de adaptação dos sistemas contabilísticos e de controlo interno para corresponder aos novos requisitos de contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, nomeadamente introduzidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este extenso processo já determinou vários ajustamentos aos procedimentos contabilísticos e critérios valorimétricos, cuja completa extensão só será conhecida aquando da conclusão dos respetivos trabalhos de adaptação.

Entretanto, os procedimentos alternativos de auditoria que foram aplicados nesta fase permitiram evidenciar que:

10. Imobilizado

10.1 A inventariação dos bens do Município e correspondente atualização dos registos do imobilizado, nomeadamente do imobilizado corpóreo (cerca de € 341 000 000) e dos bens do domínio público (cerca de € 133 000 000), continua em curso e não se encontra ainda completamente reconciliada com os registos contabilísticos;

10.2 O registo e regularização de património, já em uso, que originou o reconhecimento de reintegrações de cerca de € 1 500 000 e o desreconhecimento de reintegrações de cerca de € 700 000, as quais foram registadas por contrapartida dos custos e perdas e dos proveitos e ganhos extraordinários respetivamente, afetando assim os resultados do exercício e não diretamente os fundos próprios;

10.3 O imobilizado em curso ascende a cerca de € 42 000 000 (2011: € 35 000 000) os quais, na sua generalidade, respeitam a investimentos em uso aguardando a respetiva classificação e registo no programa de gestão do património (SIC). A reintegração tempestiva destes investimentos, tendo em consideração o início da utilização dos bens, teria um impacto direto nas contas que não nos é possível estimar.

11. Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pela Câmara Municipal de Cascais, quer instaurados por outras entidades, foi reduzida a provisão para outros riscos e encargos para cerca de € 2 600 000 (2011: € 5 100 000), sendo que os impactos patrimoniais só serão conhecidos aquando da conclusão dos respetivos processos.

12. Duas empresas municipais apresentam o seu capital reduzido em cerca de € 2 100 000. Dado o critério valorimétrico utilizado no registo daquelas participadas, ao nível das contas individuais, ser o do custo, estas não refletem aquele impacto negativo, situação que, em sede de consolidação é incorporada nas demonstrações financeiras.

13. Durante o semestre foram recebidas duas cauções, no total de cerca de € 975 000, relacionadas com dois contratos com a EMAC. O Município reconheceu como proveito suplementar o montante recebido quando o mesmo deveria ter sido registado numa conta de terceiros.

14. Na especialização do subsídio de férias referente a 2012 a pagar em 2013 foram considerados os efeitos decorrentes do recente Acórdão do Tribunal Constitucional sobre a inconstitucionalidade dos cortes aos subsídios, o que se reveste de incerteza enquanto o OE 2013 não for aprovado. Caso não se tivesse considerado o pagamento do subsídio de férias por inteiro em 2013, os gastos com o pessoal do primeiro semestre de 2012 seriam reduzidos em cerca de € 800 000.

15. O reconhecimento como inventários de diversos artigos comercializados pelo Município, até aqui considerados como gastos aquando da sua aquisição, originou após arrolamento, o registo em inventários de cerca de € 1 100 000. Esta regularização foi efetuada por contrapartida dos resultados extraordinários do exercício e não por contrapartida dos resultados transitados.

16. Na sequência de ações de inspeção tributária às empresas municipais, referentes aos exercícios de 2006 a 2008, foram propostas pela Autoridade Tributária, nomeadamente em sede de IVA, correções de valor global relevante, as quais foram contestadas pelas empresas ou estão em processo de regularização. Não é, assim, possível prever o desfecho dos referidos processos nem determinar o eventual impacte patrimonial dos mesmos.

17. Decorrente da publicação da Lei nº 24/2012, de 9 de julho, que aprova a Lei-Quadro das Fundações, poderá vir a ter de ser reenquadrado o funcionamento e financiamento das Fundações

participadas pelo Município de Cascais. Não é possível prever quais os impactos que esta Lei poderá vir a ter ao nível do Município.

OUTROS COMENTÁRIOS DE AUDITORIA E CONTROLO INTERNO

18. Investimentos financeiros: O Município de Cascais detém diversos investimentos e participações em entidades e sociedades cuja integração no perímetro de consolidação (não obrigatória) e ou valorimetria deverá ser reapreciada.

19. Contabilidade analítica: De forma a dar cumprimento ao disposto no POCAL (ponto 5 do Capítulo 1 e ao ponto 2.8.3 - Contabilidade de Custos, do Capítulo 2), que refere que as autarquias devem ter uma contabilidade custos, a Câmara Municipal de Cascais arrancou, no exercício, com a contabilidade de custos.

20. Controlo interno: Foi aprovado um novo Regulamento de Controlo interno da Câmara Municipal de Cascais, tendo em vista a modernização e atualização daquelas normas face aos requisitos legais e regulamentares atualmente em vigor.

21. Abate/venda de bens de imobilizado: Os procedimentos de registo e controlo instituídos para a contabilização das vendas dos bens de imobilizado, essencialmente efetuados em base de caixa, deverão ser ajustados por forma a permitir apurar o resultado destas operações, tendo em conta o princípio do acréscimo.

22. Subsídios ao investimento: Têm sido integralmente reconhecidos como proveitos no exercício determinados subsídios ao investimento (não QREN), à medida que são recebidos, que no primeiro semestre de 2012 ascenderam a cerca de € 165 000 (€ 2 400 000 em 2011 e € 4 500 000 em 2010), os quais deveriam inicialmente ser diferidos no passivo e só depois reconhecidos em resultados na medida em que é reconhecida a amortização dos correspondentes bens financiados.

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA A 30 DE JUNHO DE 2012

Receita	Orçamento		Receita cobrada		Estrutura da receita		Estrutura receita Municípios Portugueses (*)
	30jun12	30jun11	30jun12	Execução	30jun11	30jun12	
Impostos e taxas	102 374 077	103 025 764	43 406 942	42%	50 166 218	51,9%	31,9%
Rendimentos de propriedade	1 899 000	1 138 744	1 096 867	58%	533 373	1,3%	3,2%
Transferências correntes do Estado	27 159 878	27 020 651	13 569 741	50%	12 849 918	16,2%	27,8%
Vendas de bens e serviços	8 463 569	8 552 250	4 652 044	55%	5 138 396	5,6%	8,8%
Outras receitas correntes	1 122 362	311 500	1 084 016	97%	155 401	1,3%	0,8%
Total das receitas correntes	141 018 886	140 048 909	63 809 610	45%	68 843 306	76,2%	72,6%
Vendas de bens investimento	26 185 790	27 670 194	105 260	0%	751 161	0,1%	1,5%
Transferências de capital do Estado	3 418 309	4 456 367	1 180 666	35%	1 848 720	1,4%	16,9%
Activos financeiros	369 710	644 270	-	0%	-	0,0%	0,1%
Passivos financeiros	21 795 223	23 654 041	17 983 497	83%	12 625 301	21,5%	6,4%
Outras receitas de capital	843 790	2 299 371	433 235	51%	536 984	0,5%	0,3%
Total das receitas de capital	52 612 822	58 724 243	19 702 658	37%	15 762 166	23,5%	25,2%
Total receitas correntes e de capital	193 631 708	198 773 152	83 512 268	43%	84 605 472	99,8%	97,8%
Reposições não abatidas aos pagamentos	10	10	190 740	1907400%	-	0,2%	0,1%
Saldo de Gerência anterior	64	9 126	64	100%	9 126	0,0%	2,1%
Total Receitas	193 631 782	198 782 288	83 703 072	43%	84 614 598	100,0%	100,0%

(*) Daqui em diante, Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA A 30 DE JUNHO DE 2012

Despesa	Orçamento		Compromisso		Orçamento		Compromisso		Despesa paga				Estrutura da despesa		Estrutura despesa Municípios Portugueses (%)
	30jun12	30jun12	30jun12	30jun12	30jun11	30jun11	30jun11	30jun11	30jun12	30jun12	30jun11	30jun11	30jun12	30jun12	
Despesas com pessoal	31 480 383	15 674 289	15 674 289	15 674 289	35 676 633	16 499 758	16 499 758	16 499 758	15 082 969	15 082 969	16 420 609	16 420 609	18,6%	20,6%	31,1%
Aquisição de bens e serviços	67 618 411	56 137 113	56 137 113	56 137 113	60 354 212	36 537 605	36 537 605	36 537 605	32 207 161	32 207 161	28 737 682	28 737 682	39,7%	36,0%	22,0%
Juros e outros encargos	2 556 180	2 302 050	2 302 050	2 302 050	2 382 542	379 935	379 935	379 935	714 545	714 545	379 834	379 834	0,9%	0,5%	1,3%
Transferências correntes	26 112 570	20 315 772	20 315 772	20 315 772	25 430 112	17 875 837	17 875 837	17 875 837	13 006 548	13 006 548	12 814 786	12 814 786	16,0%	16,0%	6,4%
Subsídios	353 128	355 118	355 118	355 118	778 118	476 001	476 001	476 001	355 118	355 118	35 431	35 431	0,4%	0,0%	1,9%
Outras despesas correntes	4 163 878	2 297 073	2 297 073	2 297 073	3 142 861	2 257 920	2 257 920	2 257 920	2 169 993	2 169 993	2 246 792	2 246 792	2,7%	2,8%	1,3%
Total de despesas correntes	132 286 552	97 081 415	97 081 415	97 081 415	127 764 478	74 027 056	74 027 056	74 027 056	63 536 334	63 536 334	60 635 134	60 635 134	78,3%	75,9%	64,0%
Aquisição de bens de capital	36 435 538	28 550 493	28 550 493	28 550 493	44 707 508	13 592 415	13 592 415	13 592 415	12 103 242	12 103 242	11 947 306	11 947 306	14,9%	15,0%	22,6%
Transferências de capital	12 401 752	9 493 637	9 493 637	9 493 637	12 392 035	9 712 093	9 712 093	9 712 093	4 313 989	4 313 989	4 892 821	4 892 821	5,3%	6,1%	4,7%
Activos financeiros	10	-	-	-	20	1 237 212	1 237 212	1 237 212	-	-	-	-	0,0%	0,0%	0,5%
Passivos financeiros	12 000 000	11 797 000	11 797 000	11 797 000	12 670 000	1 134 217	1 134 217	1 134 217	1 126 498	1 126 498	1 237 212	1 237 212	1,4%	1,5%	7,3%
Outras despesas de capital	507 930	51 521	51 521	51 521	1 248 247	40 252	40 252	40 252	40 252	40 252	1 134 057	1 134 057	0,0%	1,4%	0,9%
Total de despesas de capital	61 345 230	49 892 651	49 892 651	49 892 651	71 017 810	25 716 189	25 716 189	25 716 189	17 583 981	17 583 981	19 211 396	19 211 396	21,7%	24,1%	36,0%
Total da despesa	193 631 782	146 974 066	146 974 066	146 974 066	198 782 288	99 743 245	99 743 245	99 743 245	81 120 315	81 120 315	79 846 530	79 846 530	100,0%	100,0%	100,0%

COMENTÁRIOS AOS INDICADORES ORÇAMENTAIS A 30 DE JUNHO DE 2012

RÁCIOS E INDICADORES ORÇAMENTAIS A 30 DE JUNHO DE 2012

Indicadores orçamentais	Câmara Municipal de Cascais		Municípios Portugueses (*)
	30Jun12	30Jun11	
Receita total/Despesa total	103%	106%	102%
Receitas próprias/Receita total (Independência financeira)	82%	83%	53%
Receitas correntes executadas/Receitas correntes orçamentadas	45%	49%	56%
Impostos e taxas/Receitas correntes	68%	73%	44%
Transferências correntes/Receitas correntes	21%	19%	38%

Da análise efetuada à execução orçamental referente a 30 de Junho de 2012, consideramos relevante salientar os seguintes aspetos, alguns deles comparando-os com a média dos Municípios Portugueses (fonte o *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010*):

23. Aproximadamente 52% (2011: 59%) da receita corresponde a impostos e taxas, situação reveladora de uma menor dependência das transferências do Estado e vendas de bens relativamente aos restantes Municípios (32%), demonstração de uma elevada capacidade de angariação de receita;

24. A atual situação económica provocou uma queda de cerca de € 10 000 000 (44%) na receita de Imposto Municipal sobre Transmissão de Imóveis;

25. A quebra na receita atrás referida foi financiada através do recurso ao crédito, solução que, para efeitos de equilíbrio orçamental, não é continuamente sustentável.

26. A execução da receita corrente, a meio do exercício, corresponde a 45% do orçamentado para o ano de 2012.

27. As receitas de capital, previstas através da venda de bens de investimento, apresentam uma fraca execução, tendo sido cobrados cerca de € 105 000 dos € 26 200 000 inscritos no orçamento, o que originou um correspondente ajustamento/redução da despesa.

28. De salientar que as transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia, instituições sem fins lucrativos, etc., representaram cerca de 21% (2011: 22%) no total da despesa, quando a média das Autarquias aponta para valores na casa dos 11%, situação potencialmente reveladora de uma elevada descentralização da ação Municipal e participação dos municípios e suas organizações no desenvolvimento do Concelho.



29. No que respeita às despesas com aquisição de bens e serviços, de salientar um aumento de cerca de 12% face a igual período do exercício anterior, resultado de aumentos e ou ajustamentos de mensualização nos custos com limpeza urbana e tratamento de resíduos sólidos.

30. Ainda no que respeita à despesa é de salientar que, não considerando a dívida, no final do primeiro semestre, a despesa comprometida ascende a cerca € 135 000 000 (2011: € 99 000 000), correspondentes a mais de metade (74%) da despesa orçamentada (2011: 53%). Por outro lado, a despesa paga, de cerca de € 80 000 000 é superior em cerca de 24% à receita cobrada (€ 66 000 000).

BALANÇO A 30 DE JUNHO DE 2012

Câmara Municipal de Cascais	30-Jun-12	31-Dec-11	30-Jun-11	31-Dec-10	Varição 30jun12/ 31dec11	Varição 30jun11/ 31dec10	Estrutura Municipal de Cascais 30jun12	Estrutura Municipal de Cascais 30jun11	Estrutura Municipal de Cascais 30jun10	Estrutura Municipios Portugueses (*)
ACTIVO										
Bens de domínio público	83 371 610	85 558 078	83 756 336	78 275 602	-7%	7%	18%	21%	20%	34%
Imobilizado incorpóreo	1 517 542	1 630 376	1 947 520	1 792 214	-7%	9%	0%	0%	0%	0%
Imobilizado corpóreo	275 043 543	266 976 607	225 575 452	219 619 375	3%	3%	51%	55%	54%	41%
Imobilizado em curso	56 142 619	50 571 847	51 075 823	54 374 404	11%	-6%	12%	13%	14%	15%
Total do imobilizado	416 075 314	408 736 908	362 355 131	354 061 593	2%	2%	92%	89%	85%	90%
Investimentos financeiros	17 911 236	17 702 501	17 400 347	17 404 726	1%	0%	4%	4%	3%	4%
Existências	1 129 997	125 716	85 190	75 004	795%	-13%	0%	0%	0%	0%
Dívidas a receber	8 024 461	7 428 312	1 131 524	1 252 666	8%	-10%	2%	0%	0%	3%
Depósitos e caixa	4 503 347	1 309 538	8 117 069	1 775 435	198%	357%	1%	2%	1%	2%
Acréscimos de provistos	3 717 214	4 960 941	5 261 795	7 613 499	-25%	-31%	1%	1%	2%	1%
Custos diferidos	121 261	88 799	13 236 371	14 064 904	37%	-6%	0%	3%	5%	0%
Total do activo	451 482 830	440 550 715	407 567 427	396 247 819	2%	3%	100%	100%	100%	100%
FUNDO PATRIMONIAL										
Fundo patrimonial	241 363 204	226 051 505	161 635 905	160 597 915	7%	1%	53%	40%	39%	54%
Reservas + subsídios - doações	44 834 230	43 971 762	38 592 832	36 518 658	2%	6%	10%	9%	7%	5%
Resultados transferidos	47 292 738	50 937 026	75 078 568	52 865 479	-7%	19%	10%	18%	18%	4%
Resultados do exercício	3 107 794	10 108 527	10 894 655	12 855 883	-65%	-15%	1%	2%	5%	0%
Total dos fundos próprios	336 597 966	331 018 820	286 205 940	272 937 935	2%	5%	73%	70%	68%	63%
PASSIVO										
Provisões para riscos e encargos	2 593 834	5 054 075	5 094 079	4 555 189	-45%	12%	1%	1%	1%	2%
Dívidas a médio e longo prazo	44 545 098	37 222 052	31 111 637	29 713 548	20%	5%	10%	8%	7%	13%
Dívidas a curto prazo	47 078 761	47 989 852	59 554 197	63 076 217	-2%	-5%	10%	15%	16%	8%
Acréscimos de custos	2 924 352	3 495 044	3 677 680	4 711 449	-16%	-16%	1%	1%	2%	1%
Provisões diferidas	17 742 809	15 730 868	21 213 874	21 243 482	13%	0%	4%	5%	6%	13%
Total do passivo	114 884 864	109 531 895	121 361 467	123 309 884	5%	-2%	25%	30%	32%	37%
Total dos fundos próprios e passivo	451 482 830	440 550 715	407 567 427	396 247 819	2%	3%	100%	100%	100%	100%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 30 DE JUNHO DE 2012

Camara Municipal de Cascais	30-Jun-12	30-Jun-11	30-Jun-10	Varição homologa 30Jun12/ 30Jun11	Varição homologa 30Jun11/ 30Jun10	Estrutura Camara Municipal de Cascais 30Jun12	Estrutura Camara Municipal de Cascais 30Jun11	Estrutura Camara Municipal de Cascais 30Jun10	Estrutura Municipios Portugueses (*)
CUSTOS E PERDAS									
Custo das merc. vendidas materias consumidas	116.018	15.103	32.304	668%	-53%	0,2%	0,0%	0,0%	2,4%
Fornecimentos e serviços externos	25.950.329	23.419.654	25.164.835	11%	-7%	38,8%	31,1%	30,0%	25,1%
Custos com o pessoal	13.098.166	15.031.626	15.592.056	-13%	-4%	19,6%	19,9%	18,6%	31,4%
Transferências subsídios correntes concedidos	11.623.877	9.871.853	15.450.971	18%	-36%	17,4%	13,1%	18,4%	9,4%
Amortizações e ajustamentos do exercício	2.903.335	3.327.958	3.576.120	-13%	-7%	4,3%	4,4%	4,3%	15,8%
Provisões	903.468	691.294	2.981	31%	2300%	1,3%	0,9%	0,0%	3,0%
Outros custos e perdas operacionais	54.882	32.100	21.156	71%	52%	0,1%	0,0%	0,0%	0,6%
(A)	54.852.275	52.389.568	59.840.433	4%	-12%	81,6%	69,5%	71,2%	88,5%
Custos e perdas financeiros	1.146.615	2.824.377	-64.898	-59%	508%	1,7%	3,7%	0,6%	2,0%
(C)	55.798.890	55.213.945	60.305.321	1%	-8%	83,3%	73,2%	71,8%	90,4%
Custos e perdas extraordinários	8.049.432	9.278.175	6.696.655	-13%	35%	12,0%	12,1%	8,0%	8,2%
(E)	63.848.322	64.492.120	67.001.976	-1%	-4%	93,4%	85,5%	79,8%	98,6%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
(G)	63.848.322	64.492.120	67.001.976	-1%	-4%	93,4%	85,5%	79,8%	98,6%
Resultado líquido do exercício	3.107.794	10.894.655	16.994.552	-71%	-36%	4,6%	14,5%	20,2%	1,4%
	66.956.116	75.386.775	83.996.528	-11%	-10%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
PROVEITOS E GANHOS									
Vendas e prestações de serviços	331.682	444.213	463.002	-25%	-4%	0,5%	0,6%	0,6%	9,3%
Impostos e taxas	44.054.409	48.061.991	52.398.083	-8%	-8%	65,8%	63,8%	62,4%	36,4%
Transferências e subsídios obtidos	12.448.463	14.070.187	15.233.077	-12%	-8%	18,6%	18,7%	18,1%	41,6%
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.267.336	156.012	158.797	575%	0%	1,6%	0,2%	0,2%	2,1%
(B)	57.901.890	62.734.403	68.252.959	-8%	-8%	86,5%	83,2%	81,3%	89,3%
Proveitos e ganhos financeiros	3.501.851	4.651.238	4.745.787	-46%	-2%	3,7%	6,2%	5,6%	2,4%
(D)	60.403.741	67.385.641	72.998.746	-10%	-8%	90,2%	89,4%	86,9%	91,7%
Proveitos e ganhos extraordinários	6.552.375	8.001.134	10.997.782	-18%	-27%	9,8%	10,6%	13,1%	8,3%
(F)	66.956.116	75.386.775	83.996.528	-11%	-10%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Resultados operacionais : (B) - (A)	3.249.615	10.344.835	8.412.536	-69%	23%	-	-	-	-
Resultados financeiros : (D-B) - (C-A)	1.355.236	1.826.861	4.280.889	-26%	-57%	-	-	-	-
Resultados correntes : (D) - (C)	4.604.851	12.171.696	12.693.425	-62%	-4%	-	-	-	-
Resultados antes de impostos : (F) - (E)	3.107.794	10.894.655	16.994.552	-71%	-36%	-	-	-	-
Resultado líquido de exercício : (F) - (G)	3.107.794	10.894.655	16.994.552	-71%	-36%	-	-	-	-

COMENTÁRIOS À SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA

RÁCIOS E INDICADORES PATRIMONIAIS, FINANCEIROS E ECONOMICO-FINANCEIROS A 30 DE JUNHO DE 2012

Indicadores patrimoniais	Câmara Municipal de Cascais		Municípios Portugueses (*)
	30jun12	30jun11	
Amortizações acumuladas/Activo bruto	12,9%	7,3%	-
Dívidas a pagar/Activo líquido	20,3%	22,3%	20,7%
Proveitos totais/Custos totais	104,9%	116,9%	101,4%
Custos com pessoal/Custos totais	20,5%	23,3%	33,8%

Indicadores financeiros e economico-financeiros	Câmara Municipal de Cascais		Municípios Portugueses (*)
	30jun12	30jun11	
Liquidez geral ((Disponibilidades+Débitos curto pr+Existências)/Crédito curto pr)	29,0%	15,5%	61,1%
Cobertura imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	91,6%	87,6%	84,5%
Solvabilidade (Fundos próprios/Passivo)	293,0%	235,8%	171,4%
Autonomia financeira (Fundos próprios/Activo líquido)	74,6%	70,2%	63,2%
Endividamento líquido (Dívida líquida/Receitas próprias)	76,7%	78,7%	151,5%
Rendibilidade líquida (Resultado líquido/Vendas+Prest. Serv+Impostos e taxas)	7,0%	22,5%	3,1%
Rendibilidade dos fundos próprios (Resultado líquido/Fundos próprios)	0,9%	3,8%	0,4%

Da análise efetuada à situação económica e financeira com referência a 30 de Junho de 2012 importará salientar:

31. O Município apresenta uma solvabilidade (293%), superior à média dos Municípios Portugueses (171%).

32. A Descida acentuada na rendibilidade líquida deve-se, sobretudo, ao efeito da redução da receita cobrada, particularmente ao nível do Imposto Municipal sobre Transações de Imóveis.

33. O endividamento líquido no final do exercício não poderá exceder, de acordo com o artigo 66.º da Lei 64-B/2011, o observado em 31 de dezembro de 2011, cerca de € 53 000 000, conforme cálculos do Município e indicações da DGAL nos termos do Decreto-Lei 32/2012.

COMENTÁRIOS FINAIS

34. Com base no trabalho intercalar por nós desenvolvido com o âmbito descrito no ponto 4 anterior e tendo em atenção a informação contida no presente relatório, não temos conhecimento de quaisquer situações que afetem de forma significativa a conformidade da informação económica e financeira produzida pelo Município de Cascais, relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Autarquias Locais.

35. Devemos advertir para que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que as conclusões da presente informação não constituem uma previsão da situação económica e financeira futura da Município.

36. Ao finalizar este nosso trabalho intercalar agradecemos a colaboração prestada pelos diversos responsáveis e serviços do Município de Cascais, na prestação de informações e esclarecimentos por nós solicitados. Estamos ao inteiro dispor de V. Exas. para discutir qualquer dos assuntos mencionados neste nosso relatório e prestar a assistência que possa ser considerada necessária.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos e somos,

De V. Exa.,
Atentamente

BDO & Associados, SROC
A Administração



Pedro Aleixo Dias
Sócio/ROC



João Melo de Oliveira
ROC